

EXTRATO DA PORTARIA DEPEN Nº 04/2024, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 1450.01.0203485/2023-44

Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 9393685/2023 (Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, Presídio de São Joaquim de Bicas I e Presídio de São Joaquim de Bicas II). Empresa SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 01.564.322/0001-26, com sede na Avenida Pioneiro Antônio Ruiz Saldanha, nº 778, Zona 41, Bairro Maringá/PR. Práticas previstas no inciso VI do art. 3º e nos incisos I, II, IV e VI do art. 4º da Resolução SEAP nº 49/2017, puníveis com sanções desde advertência escrita até declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002).

Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,
Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2024.
Carlos Vinícius de Souza Figueiredo
Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG
Ordenador de Despesas

02 1902990 - 1

ATO 90/2024 - RETIFICAÇÃO.

Retifica na Resolução Sejuspnº 1772, de 18 de Dezembro de 2023, publicada em 19 de dezembro de 2023, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente ao servidor CLESIO ROCHA DA COSTA, Masp: 1079273-7, por motivo de erro material.

Onde se Lê: Nível III Grau F
Leia-se: Nível III Grau E
Onde se Lê: Nível III Grau G
Leia-se: Nível III Grau F

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2024
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 1903061 - 1

ATO 91/ 2024 TORNA SEM EFEITO

Torna sem efeito na RESOLUÇÃO SESP Nº 25, DE 20 DE MAIO DE 2019, publicada em 22 de maio de 2019, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente a servidora MARLA MARIA ANGELO LOUREDO PAIVA - 354191-9, por motivo de retificação em seu posicionamento.

Torna sem efeito na RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 71, DE 04 DE MARÇO DE 2021, publicada em 09 de março de 2021, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente a servidora MARLA MARIA ANGELO LOUREDO PAIVA - 354191-9, por motivo de retificação em seu posicionamento.

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2024
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 1903059 - 1

ATO 61/2024 - RETIFICAÇÃO.

Retifica na Resolução Sejusp nº 156, de 17 de Fevereiro de 2023, publicada em 24 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente ao servidor DHONATAN GARCES DA SILVA, Masp: 14476436, por motivo de cumprimento de decisão judicial nº5005837-67.2022.8.13.0704.

Onde se Lê: Vigência: 01/01/2023
Leia-se: Vigência: 03/07/2022

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 1903055 - 1

ATO 94/2024 – ATO DE AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Mandado de Segurança nº 1.0000.23.248163-0/001, concede afastamento ao contratado temporário EFRAIN BRAND DE PAULA SANTOS, MASP 1479642 / 9, ASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciária/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2024
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 1903070 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o que consta na Sindicância Administrativa Disciplinar instaurada pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/SAD Nº 020/2018, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 6 de abril de 2018, bem como no Parecer nº 54/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, converte para DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO o ato de extinção contratual do processado THIAGO DOMINGOS DA COSTA - MaSP 1.282.377-9, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Ituiutaba à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto no art. 250, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do sindicado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 1º de fevereiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 318/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 9 de setembro de 2021, bem como no Parecer nº 47/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dia ao processado NILSON PEDRO RODRIGUES DE ASSIS MARTINS - MaSP 1.120.586-1, ocupante do cargo de Assistente Executivo de Defesa Social, admissão 3, lotado no Presídio de Santa Luzia I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, inciso II, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 1º de fevereiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 325/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 9 de setembro de 2021, bem como no Parecer nº 1092/CGE/CSET-SEJUSP/NUCAD PROC./2023, aplica as penalidades: SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias ao processado JULIANO DA SILVA FARIA - MaSP 1.082.380-5, Agente de Segurança Penitenciário nomeado para cargo em comissão DAD-5, admissão 3, e SUSPENSÃO de 12 (doze) dias ao processado FABIANO FLAVIO DA SILVA - MaSP 1.195.060-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; ambos lotados no Presídio de Araxá I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservarem o disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do advogado Daniel Coutinho da Silva OAB/MG 140.635. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 1º de fevereiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por FRANCISCO IVANILDO DIAS – MASP 1.380.431-5, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD nº 137/2020, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 14 de dezembro de 2023, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 28/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado William Domingos OAB/MG 105.532. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 31 de janeiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 1902972 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 326/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 9 de setembro de 2021, bem como no Parecer nº 38/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 20 (vinte) dias ao processado EDSON ELEUTÉRIO ROSARIO - MaSP: 1.199.848-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3, lotado no Presídio de Varginha I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Ainda, ARQUIVA os autos em face de ALESSANDRO PIRES DOS SANTOS - MaSP 1.208.252-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3, RODOLFO CORREA BANDEIRA - MaSP: 1.134.012-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 5, e WELTON DONIZETI BENEDITO - MaSP: 1.211.843-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, também lotados no Presídio de Varginha I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados: Adriano de Oliveira Silva OAB/MG 148.431, Antônio Salvo M. Neto OAB/MG 84.939, Sônia Helena P. Ramos OAB/MG 175.131 e Thomas Augusto P. P. Ribeiro OAB/MG 161.657. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 02 de fevereiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 324/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 9 de setembro de 2021, após minuciosa leitura dos autos, avaliando as ponderações contidas no Parecer nº 1041/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2023, decide acolher parcialmente o referido parecer, discordando, contudo, da penalidade sugerida aplicando SUSPENSÃO de 10 (dez) dias ao processado ANTONIO AUGUSTO DA SILVA – MASP: 1.133.546-0, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; lotado no Presídio de Ervália I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952; e SUSPENSÃO de 10 (dez) dias ao processado SANDRO HELENO DA SILVA - MaSP 1.140.518-0, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; lotado no Presídio de Ervália I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 02 de fevereiro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 1903392 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente responsável pela instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 312/2022, Juliana Gonçalves Cherin, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 312/2022, publicada no Minas Gerais de 27/07/2022, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor Fabricio Cunha Florentino de Sousa, Masp 1.388.930-8, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na rua A, nº 55, praça Governador Magalhães Pinto, bairro Fabricio, na cidade de Uberaba MG, CEP: 38065-470, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, ou obter contato através do endereço eletrônico corregedoria.regional5@sp@gmail.com, no prazo de 10 dias úteis, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, comparecer em audiência de oitiva de testemunhas designadas para 20/02/2024, das 09:00h às 15:00h, e interrogatório em 22/02/2024, das 09:00h às 11:00h, sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-offício”

Uberaba, 02 de fevereiro de 2024
Masp: 1.377.979-8
Presidente de Comissão Disciplinar

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD37, ao servidor Douglas de Souza Marriel Baeta, MASP 1363888-7, a contar de 20 de outubro de 2023, para regularizar a situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD33, à servidora Maria Magna Pereira Souza, MASP 1021096-1, a contar de 28 de outubro de 2023, para regularizar a situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD35, ao servidor Evandro Guimarães Ferraz, MASP 1020937-7, a contar de 28 de outubro de 2023, para regularizar a situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 29 de setembro de 2018, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD51, à servidora Renata Alves dos Santos, MASP 1364404-2, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 13 de dezembro de 2019, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD50, ao servidor Victor Otavio Fonseca Martins, MASP 1400276-0, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 24 de dezembro de 2019, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD49, à servidora Luana Pinheiro Alcântara, MASP 1368336-2, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 30 de maio de 2020, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD48, à servidora Adriana Rosa Zulske, MASP 1375266-2, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD46, ao servidor Evandro Antônio Costa Rezende, MASP 1367933-7, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 01 de julho de 2022, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD41, ao servidor Miller Ricardo Igino, MASP 1402635-5, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD13, à servidora Jussara Cristina de Abreu, MASP 1379657-8, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 25 de maio de 2023, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD13, à servidora Maria Cecília Gonçalves Silveira, MASP 1265332-5, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 15 de julho de 2020, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD09, à servidora Lara Lopes Negráo, MASP 1457581-5, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 25 de maio de 2023, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD05, ao servidor Danilo Itabirano Silva, MASP 1368293-5, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD04, ao servidor Denilson Gabriel de Melo, MASP 1379219-7, a contar de 19 de janeiro de 2024.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 29 de setembro de 2018, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD03, à servidora Priscila Barroso de Oliveira, MASP 1379670-1, a contar de 19 de janeiro de 2024.

02 1903407 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional, torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental Simplificada, conforme o processo abaixo identificado:

- EKTT 9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. - Subestação SE Arinos 2, CNPJ: 28.438.777/0001-51 - Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em 2,08 ha - Arinos/ MG. Processo SEI nº 2090.01.0007527/2023-54. Validade: 3 (três) anos, contados da data de emissão da autorização em 02/02/2024.
- (a) Vitor Reis Salum Tavares
Diretor de Gestão Regional

02 1903341 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) BRS Hill Stones Mineração e Transportes Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Francisco Sá/MG, PA/nº 166/2024 ANM 831.187/2019, Classe 2. 2) Prime Mineração e Transporte Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Salinas/MG, PA/nº 167/2024 ANM 831.158/2021, Classe 2. 3) Saboroso S/A - Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido e Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido, Lagoa dos Patos/MG, PA/nº 181/2024, Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

02 1903158 - 1

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.875, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024.

Altera a Deliberação nº 1.795, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024,

DELIBERA:

Art. 1º – Os itens 1 e 2 da alínea “e” do inciso I do art. 2º, da Deliberação Copam nº 1.795, de 30 de maio de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...) I – (...) e) – (...) 1 – Titular: Masaharu Ikegaki; 2 – 1º Suplente: Volmir Maída de Siqueira;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 2 de fevereiro de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.876, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024.

Altera a Deliberação Copam nº 1.792, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024,

DELIBERA:

Art. 1º –O item 1 e os subitens 1.1, 1.2 e 1.3 da alínea “F” do inciso II do art. 2º, da Deliberação Copam nº 1.792, de 30 de maio de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...) II – (...) f) – (...) 1 – Universidade Vale do Rio Doce – Univale; 1.1 – Titular: Arthur Campos Coelho; 1.2 – 1º Suplente: Hernani Cirio Santana; 1.3 – 2º Suplente: Renata Bernardes Faria Campos;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 2 de fevereiro de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

02 1903424 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

LAS-RAS:1) Mineração Verde Mais Ltda., unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, Itaiatucu/MG, Processo nº 2154/2023, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 02/02/2034. 2) Bela Vista Empreendimentos e Participações Ltda., extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Florestal e Esmeraldas/MG, Processo nº 1997/2023, ANM 832.177/2007, classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 02/02/2034.

(a) Kamila Esteves Leal
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

LAS-RAS:1) Marcelo Augusto de Queiroz Assunção, avicultura, Paraopeba/MG, Processo nº 2155/2023, classe 2. Motivo: não apresentação da autorização para intervenção ambiental.

(a) Kamila Esteves Leal
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1)Central de Areias e Construções LTDA,Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Extração de Argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, ANM nº 832.151/2023, São Gonçalo do Pará - MG, Processo nº138/2024, com validade até 02/02/2034. 2)Comércio e Representações Prudente LTDA, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Luz - MG, Processo nº174/2024, com validade até 02/02/2034. 3)Pedro Teixeira Neto – Córregos mat. 34.133 e 37.668,Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Avicultura e Usina Solar Fotovoltaica, São Sebastião do Oeste - MG, Processo nº175/2024, com validade até 02/02/2034. 4)João Carlos da Costa – Fazenda Paraíso Perdido mat. 75368,Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Pimenta - MG, Processo nº179/2024, com validade até 02/02/2034.

(a) Kamila Esteves Leal
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

02 1903347 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna sem efeito a publicação do arquivamento da licença de ampliação - LAC 1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente, do empreendimento AMG Brasil S.A. - Pilhas de rejeito/estéril - PA/Nº 2371/2022 - Classe 5 - realizada no Diário Oficial de “MG” no dia 07/11/2023 - Página 07, tendo em vista ter sido comprovado o equívoco na solicitação feita através do ofício SEMAD/SUPRAM SUL nº 82/2023, no qual precisou: 1. Apresentar revisão do Estudo de Alternativas Locacionais, considerando as alternativas abaixo, desconsiderando a Alternativa 2 apresentada na Errata do EIA, e trazendo novamente a Alternativa 2 do EIA originalmente apresentado.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202402030024100113.